

ALBERTO ZACHARIAS TORON

HABEAS CORPUS

**CONTROLE DO DEVIDO PROCESSO LEGAL:
QUESTÕES CONTROVERTIDAS
E DE PROCESSAMENTO DO *WRIT***

3ª edição revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais
JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo
MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial
Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfour

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Brenno Stolagli Teixeira

Adaptação de Capa: Linotec

Equipe de Conteúdo Digital
Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica
MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Toron, Alberto Zacharias

Habeas corpus : controle do devido processo legal: questões controvertidas e de processamento do writ / Alberto Zacharias Toron. -- 3. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia

ISBN 978-65-5614-136-7

1. Habeas corpus 2. Habeas corpus - Jurisprudência - Brasil 3. Habeas corpus - Leis e legislação - Brasil I. Título.

20-38992

CDU-343.155(81)(094)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Leis : Habeas corpus : Processo penal 343.155 (81) (094)

2. Leis : Brasil : Habeas corpus : Processo penal 343.155 (81) (094)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	7
NOTA À 3ª EDIÇÃO.....	9
INTRODUÇÃO.....	21
I. ATUALIDADE E IMPORTÂNCIA DO <i>HABEAS CORPUS</i>	25
1. Estado Democrático de Direito e flexibilização das garantias em prol da segurança	28
2. Defensivismo dos Tribunais Superiores e restrição ao <i>habeas corpus</i>	30
3. Reações a favor e contra o <i>habeas corpus</i>	35
II. EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DO <i>HABEAS CORPUS</i> NO BRASIL.....	37
1. As origens inglesas	37
2. O Brasil Colônia e as Cartas de Seguro.....	38
3. A Carta de 1824	39
4. O Código de Processo Criminal de Primeira Instância, de 1832.....	40
5. A Lei 2.033, de 20 de setembro de 1871	41
6. Os escravos	42
7. O <i>habeas corpus</i> na República e a doutrina brasileira.....	42
8. A reforma de 1926 e as Constituições Republicanas.....	43
9. A ditadura de 1964 e os AIs 5 e 6	45
10. A Constituição de 1988.....	46
III. PROTEÇÃO EFETIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: DEVIDO PROCESSO LEGAL E O <i>HABEAS CORPUS</i>	47
1. Reviver a doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> ?	53
1.1. O controle do devido processo legal e a repercussão na liberdade de ir e vir	55
1.1.1. <i>Habeas corpus</i> e ilegalidade processual: cabimento	55
2. Provas escondidas	56

2.1.	Operação Fratelli e excesso de acusação	58
2.2.	Dolo eventual em acidente de trânsito e qualificadora do homicídio. Excesso acusatório	59
2.2.1.	Ainda o caminhoneiro e seu devido processo	60
2.3.	Operação Satiagraha e Chacal. Ilegalidade na busca e apreensão	61
2.4.	Ilegalidade na exigência de o réu fornecer a conta mantida no exterior	63
IV.	A “RACIONALIZAÇÃO” DO SISTEMA RECURSAL E O HABEAS CORPUS	67
1.	O <i>habeas corpus</i> como ação autônoma de impugnação	67
2.	O <i>habeas corpus</i> virou agravo?	70
3.	O <i>habeas corpus</i> é funcional ao sistema punitivo	71
4.	O valor da legalidade processual	73
5.	Identidade de objeto no <i>habeas corpus</i> e nos recursos Especial e Extraordinário	75
V.	AS RESTRIÇÕES AO HABEAS CORPUS	79
1.	Pode o STF renunciar ao seu papel de guardião dos Direitos Fundamentais de natureza processual?	79
2.	A Súmula n. 691 do STF (um tormento diário)	82
2.1.	Análise crítica dos fundamentos da Súmula	85
2.2.	A razão de ser das Súmulas	89
3.	Julgamento do Agravo Regimental como pressuposto do HC (um novo tormento)	90
4.	Proibição do <i>habeas corpus</i> substitutivo do RHC (o revigoramento do AI-6)	94
5.	Proibição de RHC para o STF contra acórdão de RHC do STJ e de concessão de ofício da ordem (o garrote final)	99
6.	Proibição de <i>habeas corpus</i> contra ato de Ministro do STF (<i>king can do no wrong</i>)	106
7.	Prequestionamento. Exigência devida? Quando?	111
8.	<i>Habeas corpus</i> como sucedâneo recursal ou impetrado concomitantemente a algum recurso. Possibilidade	116
VI.	AS HIPÓTESES DE CABIMENTO DO HABEAS CORPUS	121
1.	Justa causa	123
1.1.	Conceito	123
1.2.	O exame da prova em si, quando é possível	124
1.3.	Casos de interesse para estudo	127

1.3.1.	Pais testemunhas de Jeová: trancamento da ação penal pela prática de homicídio doloso.....	127
1.3.2.	Festa <i>Rave</i> e facilitação ao tráfico: trancamento da ação penal.....	129
1.3.3.	Acidente com vítima fatal no Parque de diversões Hopi Hari: imputação de culpa ao presidente do Parque	130
1.3.4.	Prerrogativas do advogado. A atipicidade da conduta profissional na crítica ao juiz.....	133
1.3.4.1.	Prerrogativas profissionais do advogado. Crítica a juiz. Ofensa descaracterizada	134
1.3.5.	Guerra fiscal e comportamento atípico de empresários	137
1.3.5.1.	Crime fiscal e justa causa para o falso ideológico em processo autônomo.....	142
1.3.5.2.	Bem dado em garantia na execução fiscal afasta a justa causa para a ação penal por crime tributário?	143
1.3.6.	Médico de Pronto Socorro da Santa Casa que deixa de comunicar à polícia o encontro de maconha na vagina da paciente e é preso, atuado em flagrante, por participação no tráfico	145
1.3.7.	Crime contra o sistema financeiro. Arquivamento do processo administrativo. Falta de justa causa.....	147
1.3.8.	Operação Castelo de Areia: falta de justa causa para a deflagração de medida invasiva	150
1.3.9.	Para apagar maus antecedentes.....	154
1.3.10.	Trancamento de inquérito policial	156
1.3.11.	O caso do gerente do banco e a quebra do sigilo bancário	157
1.3.12.	O crime ambiental inexistente.....	159
1.3.13.	O caso dos jovens militantes do <i>Black Bloc</i> e o inquérito para apurar crime contra a segurança nacional e quadrilha	160
1.3.14.	Afastamento da majorante de violação à regra técnica de profissão em virtude de <i>bis in idem</i>	164
1.3.15.	Descumprimento contratual <i>versus</i> apropriação de honorários	164
1.4.	Indiciamento e justa causa	165
1.4.1.	Indiciamento determinado após o oferecimento de denúncia. Ilegalidade sanável pela via do <i>writ</i>	168
1.4.2.	Indiciamento arbitrário e controle da sua legalidade pelo <i>writ</i>	170

2.	Ainda a Justa Causa: questões afetas ao Júri.....	172
2.1.	É possível afastar qualificadora em <i>habeas corpus</i> ?	172
2.2.	Denúncia excessiva (tentativa de homicídio) e anulação pelo STF por meio do <i>habeas corpus</i> . Possibilidade	172
2.3.	Pode o <i>habeas corpus</i> impedir a realização do Júri quando pendente Recurso Especial contra a decisão de pronúncia?	175
2.4.	Recurso acusatório contra veredito absolutório do Júri em razão de decisão manifestamente contrária à prova dos autos. Inadmissibilidade diante da nova sistemática instituída pela Reforma de 2008. <i>Habeas corpus</i> para impedir novo julgamento popular	176
2.5.	HC contra acórdão do TJ que cassa decisão do júri. Limites cognitivos da apelação contra o mérito do veredito popular. É verificável a existência de duas versões no âmbito do <i>writ</i> para restabelecer o veredito dos jurados?	182
2.6.	HC e desaforamento. Possibilidade do manejo	184
2.7.	HC e pena maior no novo Júri que a do primeiro anulado em recurso exclusivo da defesa.....	189
3.	Ainda a Justa Causa.....	198
3.1.	<i>Habeas corpus</i> contra a demora na prestação jurisdicional e para apressar o julgamento de outro <i>writ</i> . Possibilidade.....	198
3.2.	HC e questionamento da pena. Quando é possível	202
3.3.	HC para trocar de regime; para colocação em prisão especial, para ser removido para estabelecimento definido, mas não cumprido e para ficar mais perto da família. Possibilidade.....	209
3.3.1.	Para obter a saída temporária independentemente do lapso temporal....	212
3.4.	Para a mãe obter prisão domiciliar a fim de cuidar de filhos menores.....	215
4.	Quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo	221
4.1.	Lava Jato e competência em razão de delação	223
4.2.	Lava Jato e empresas de telefonia no caso da compra do sítio de Atibaia. Incompetência da 13ª Vara de Curitiba	224
4.3.	Crime ambiental em Paraty (RJ) e a <i>prorrogatio jurisdictionis</i> (RJ)	224
4.4.	Prevenção inexistente e possibilidade do manejo do <i>writ</i> contra a decisão que rejeita a exceção de competência.....	226
4.5.	Competência para a apuração da lavagem e do peculato.....	227
4.5.1.	Competência para apuração de acidente ferroviário envolvendo vítimas fatais	228

4.5.2.	Competência para apurar crime hospitalar de fraude a licitação, corrupção e lavagem	231
4.5.3.	A competência da justiça eleitoral prevalece sobre a federal e pode ser aferida na fase de inquérito.....	232
4.6.	Prerrogativa de foro e controle da competência por meio do <i>writ</i>	232
4.7.	Foro por prerrogativa de função e impossibilidade do fatiamento da ação entre diferentes réus	235
4.8.	Prefeito investigado em inquérito requisitado por Promotor de Justiça. Ilegalidade	237
4.9.	Interceptação telefônica ordenada por juiz incompetente.....	238
4.9.1.	Delegado de Polícia Federal que escolhe, num domingo, juiz de férias para despachar representação pela interceptação. Ilegalidade	240
4.9.2.	Escuta deferida por juiz escolhido pelo Ministério Público. Ilegalidade	241
4.10.	Usurpação de competência e prova ilícita: quando ocorre.....	243
5.	Quando o processo for manifestamente nulo.....	245
5.1.	Desrespeito à cronologia das sustentações orais: prejuízo presumido.....	248
5.1.1.	Cronologia na entrega dos memoriais por réus delatores e delatados....	251
5.2.	Respostas contraditórias dos jurados: nulidade insanável.....	254
5.3.	Cerceamento de defesa pela impossibilidade de se fazer perguntas no interrogatório do corréu	255
5.4.	Denúncia inepta: possibilidade de arguir-se a nulidade após a prolação da sentença.....	256
5.4.1.	Denúncia inepta nos crimes societários.....	258
5.4.2.	Denúncia inepta por se remeter a outra peça do processo	267
5.5.	Nulidade da decisão desfundamentada que confirma o recebimento da denúncia.....	270
5.5.1.	O surgimento de um truque interpretativo	274
5.5.2.	Nulidade da pronúncia que acolhe qualificadora sem fundamentação...	275
5.6.	Nulidade decorrente da redução do número de testemunhas pelo juiz.....	280
5.7.	Prova furtada por funcionário para propor ação trabalhista é ilícita	283
5.7.1.	Compartilhamento direto de dados bancários entre a Receita Federal e o MPF. Ilícitude da prova.....	285
5.8.	O juiz não pode sentenciar o feito sem os memoriais defensivos (obrigatórios).....	287

5.9. Livre escolha do advogado. Impossibilidade de o juiz nomear advogado a quem já o tenha, sem a prévia intimação do réu para constituir um novo	288
5.10. Efetividade da defesa. Nulidade decorrente da ausência desta.....	290
5.11. Informação errada na página eletrônica do Tribunal. Nulidade.....	292
5.12. <i>Reformatio in pejus</i> . Nulidade	293
5.13. Correlação entre a imputação e a denúncia.....	294
5.14. Nulidade em busca e apreensão coletiva: Impossibilidade.....	297
6. Extinção da punibilidade	298
6.1. Prescrição e <i>habeas corpus</i>	298
6.1.1. Prescrição em júri anulado por recurso exclusivo da defesa.....	298
6.2. Perdão Judicial e <i>habeas corpus</i>	300
6.3. Termo inicial da contagem do prazo para o reconhecimento da prescrição executória.....	301
6.4. Parcelamento do débito tributário e extinção da punibilidade na vigência da Lei n. 9.249/1995	302
6.5. Prescrição e 70 anos antes do acórdão. Cômputo do prazo pela metade.....	303
VII. QUESTÕES DE PROCEDIMENTO.....	305
1. Liminar em HC no STF prejudica o HC no STJ?.....	305
2. Qual a natureza jurídica da decisão que concede a liminar em HC?.....	308
3. Cabe Agravo no STJ contra decisão que defere ou indefere liminar em HC?.....	308
4. Contrarrazões em RHC. Desnecessidade	309
5. Aceitação da suspensão processual e HC pendente: ausência de prejuízo	313
6. Intimação do julgamento do HC. Quando é necessária?.....	314
7. Pode-se recorrer da decisão que não conhece o writ?	317
8. Há necessidade de se intimar o impetrante quando o MP opõe embargos declaratórios com a pretensão de efeitos modificativos?	318
9. Pode haver <i>reformatio in pejus</i> em <i>habeas corpus</i> ?	319
10. Há necessidade de procuração para a interposição do RHC?	320
11. Sobre a desistência unilateral do <i>habeas corpus</i>	325
12. HC contra condenação transitada em julgado	325
13. Julgamento: a questão do julgamento pelo colegiado	328
14. Possibilidade de a ordem ser concedida monocraticamente	331

15. Legitimidade ativa. Impetração pelo MP para prejudicar o acusado. Impossibilidade	332
16. <i>Habeas corpus</i> no STF só pela via eletrônica (Resolução 427/2010)	334
17. Inquérito Policial requisitado por membro do MP. Competência para conhecer do HC.....	334
18. <i>Habeas corpus</i> coletivo. É possível?	337
19. <i>Amicus curiae</i> no <i>habeas corpus</i> : é possível?	339
20. Admissão de assistente do MP no writ. Necessidade de revisão da jurisprudência...	341
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	343